

Lojas Quero-Quero S.A.

Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias do Período de Três
Meses Findo em 31 de Março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre deste ano (1T20) foi marcado pela pandemia de Covid-19 e o impacto operacional inicial nos mais diferentes setores da economia brasileira com a sua chegada ao Brasil. Nas Lojas Quero-Quero tomamos diversas iniciativas visando à preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes e à viabilidade operacional da companhia. Discutiremos os efeitos da Covid-19 mais adiante, porém gostaríamos de começar comentando sobre o desempenho operacional da Companhia até meados de março de 2020.

Começamos o ano seguindo o ritmo de expansão e abertura de novas lojas apresentado em 2019. Chegamos ao final do trimestre com 353 lojas vs 346 ao final do 4T19, e 305 ao final do 1T19 nos três estados da região do Sul do Brasil.

Além disso, visando à melhoria operacional e suporte ao crescimento de vendas, realizamos a mudança da operação de um dos nossos dois centros de distribuição (CDs) para um novo local. O centro de distribuição de Santo Cristo – RS, o mais antigo da Companhia e localizado na cidade natal da Lojas Quero-Quero, transferiu suas operações para um novo local com mais de 26 mil m² de área de armazenagem, construído em formato de BTS (*built-to-suit*), com melhor acesso rodoviário e estrutura física moderna, permitindo a continuidade para as próximas duas décadas desta operação. Assim, durante todo o trimestre tivemos operações logísticas deste centro de distribuição operando em dois locais distintos, com a transferência da maior parte das operações para o novo CD durante o período do carnaval em fevereiro. Neste momento já estamos com a operação logística deste CD completamente operando no novo local.

No período de 1º de janeiro a 15 de março de 2020, antes da interrupção das operações de nossas lojas, apresentamos crescimento de 16,5% na receita de Varejo e 6,6% de crescimento SSS (“*Same Store Sales*”), demonstrando uma continuidade de ganhos de *Market Share* nos locais de atuação e mantendo o ritmo de crescimento apresentado nos trimestres anteriores.

Pandemia de Covid-19

As discussões e preocupações iniciais sobre o Covid-19 eram sobre o possível impacto na cadeia de suprimentos, devido à interrupção de atividades industriais, principalmente na China. Embora importações representem menos de 1% das vendas de varejo da Companhia, a interrupção de cadeia de suprimentos global poderia afetar indústrias locais, e naquele momento tomamos medidas para prevenir o desabastecimento de linhas de produtos que poderiam ser mais impactadas. Porém, a partir de março, o impacto na economia brasileira passou a ser mais pronunciado, quando alguns governos estaduais e prefeituras passaram a decretar restrições de funcionamento a estabelecimentos comerciais, embora ainda permanecesse muita incerteza acerca do potencial impacto na economia brasileira.

Nossas principais preocupações neste período foram a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da Companhia de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto na área administrativa (*home office*) ainda na primeira quinzena de março de 2020, algumas lojas tiveram interrupção das operações na terceira semana de março seguindo as regulamentações locais, e determinamos a interrupção das operações de todas as nossas lojas entre 23 e 31 de março, diante da disseminação do vírus.

Os principais eixos de atuação da Companhia foram os seguintes:

- Saúde e segurança de nossos colaboradores, clientes e parceiros: além da interrupção das operações de nossas lojas e centros de distribuição durante o período citado, e da adoção do

trabalho remoto nas áreas administrativas, também promovemos o afastamento de colaboradores de grupos de risco para minimizar o risco de contágio. Adotamos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, como utilização de máscaras, higienização constante dos locais de trabalho, disponibilização de álcool gel para colaboradores e clientes, e limitação de acesso para evitar aglomerações;

- Preservação do caixa da companhia: através de tomadas de novas linhas de crédito, e postergação de investimentos e despesas não essenciais, e extensão de prazos com fornecedores;
- Adequação do nível operacional: adequação de estoques para os novos níveis de venda e novo cenário de produção das indústrias, adequação da operação logística e dos sistemas de TI;
- Comunicação e atendimento ao cliente: reforço na comunicação ao cliente informando sobre alternativas frente ao atendimento presencial, como e-commerce, pagamento de faturas por meios digitais ou em locais alternativos, televendas e venda por aplicativos de mensagens;
- Crédito e cobrança: reavaliação constante das políticas de crédito acompanhando o fechamento das operações em lojas no final de março e acompanhamento da evolução da carteira de crédito para possibilitar a tomada de decisões na retomada das operações.

Ainda não é possível dimensionar o impacto total da pandemia na economia brasileira, na vida das comunidades onde atuamos, e nas operações da Lojas Quero-Quero. Vamos continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. Neste momento estamos com todas as nossas lojas abertas, sendo o comércio de material de construção, considerado essencial pelas autoridades, embora com operações reduzidas e sempre respeitando as orientações sanitárias, em um cenário de mudanças diárias.

Com o início do segundo trimestre começamos a retomada das operações e reabertura de nossas lojas. Por estarmos majoritariamente localizados em cidades pequenas e médias do interior, sendo que 78% de nossas lojas estão localizadas em cidades com menos de 100 mil habitantes, onde até o momento o impacto da pandemia foi menor que nos grandes centros, a retomada das atividades ocorreu ao longo do mês de abril. Assim, nossas lojas voltaram inicialmente a operar apenas para o recebimento de pagamentos de clientes através do serviço de correspondente bancário, e posteriormente também retomaram as atividades de varejo. Além disso, voltamos a inaugurar novas lojas, sendo 1 em abril e 6 novas lojas em maio.

Neste período aceleramos diversas iniciativas que forneceram novas ferramentas digitais para nossos vendedores para atender os nossos clientes com ainda mais qualidade, assim como estratégias comerciais visando a uma maior conversão de vendas. Com a dedicação de nossas equipes e confiança de nossos clientes, conseguimos retomar as vendas da companhia em níveis de crescimento acima do desempenhado no início do ano. Assim, em maio tivemos um crescimento de vendas¹ totais do varejo de 24%, e de 47% em junho até o dia 14/06:

Crescimento de Vendas ¹ (% YoY) *Junho até 14/06	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20
Total Lojas	15%	19%	-23%	-13%	24%	47%
SSS	5%	9%	-30%	-20%	15%	36%

(1) Informação gerencial, não auditada.

Desta maneira, é possível verificar com base nos dados de vendas mensais que o impacto negativo em vendas, até o momento, foi principalmente centrado nos meses em que estivemos com maiores restrições para a abertura de nossas lojas (março e abril).

Compreendendo o impacto deste cenário na vida de milhões de brasileiros, acreditamos que devemos contribuir para ajudar, dentro do possível, as comunidades onde atuamos. Com esta ideia, lançamos a campanha **Desafio do Bem**, com o objetivo de doar cestas básicas para famílias que estão em situação de necessidade. Esta iniciativa contou inicialmente com a doação da Companhia, seus colaboradores e Advent International (acionista controlador), e em seguida com a participação também de clientes, superando R\$1,2 milhões em doações. Como resultado, a Lojas Quero-Quero está usando a sua capacidade operacional para **doar mais de 26.000 cestas básicas para as mais de 280 cidades onde atua nos três estados da região Sul**, contando com o apoio e experiência da rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, distribuindo assim mais de 350 toneladas de donativos para alimentar quem mais necessita.



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 1T20

Cachoeirinha, 17 de junho de 2020. A Lojas Quero-Quero S.A. anuncia seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2020 (1T20).

DESTAQUES

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	388,0	354,1	9,6%
Receita Operacional Líquida ¹	314,7	315,2	(0,2%)
Lucro Bruto	126,4	117,5	7,5%
Margem Bruta (%)	40,2%	37,3%	2,9p.p.
Despesas Operacionais	(112,5)	(94,2)	19,4%
EBITDA Ajustado²	15,4	24,0	(36,2%)
Margem EBITDA Ajustado (%)	4,9%	7,6%	(2,8)p.p.
Lucro Líquido³	(1,5)	(0,5)	207,6%
Margem Líquida (%)	(0,5%)	(0,2%)	(0,3)p.p.
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	(6,4%)	7,9%	
ROIC Ajustado⁴	23,3%	20,1%	3,2p.p.

- (1) A receita operacional líquida é impactada negativamente pela alteração na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul (decreto nº 54.308/2018), a partir de março de 2019, que levou a um aumento do montante reconhecido na conta de Impostos Incidentes Sobre a Venda, e diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas.
- (2) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, e deduzido do impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores.
- (3) Lucro Líquido contempla um impacto negativo de R\$(0,8) milhões (R\$(0,5) milhões no 1T19) pela adoção do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos).
- (4) ROIC (Return on Invested Capital ou Retorno sobre o Capital Investido) Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia. O ROIC Ajustado é uma divisão do Lucro Operacional Ajustado Antes de Impostos (Adjusted Net Operating Profit After Taxes, "NOPAT Ajustado") pela média do Capital Investido dos últimos quatro trimestres (Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres). O NOPAT Ajustado é o lucro antes de juros e imposto de renda (LAJIR ou EBIT) dos últimos doze meses acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, neste caso: acrescido de Impostos sob discussão judicial "Lei do Bem" e de bônus não-recorrente do FIDC VerdeCard, que na visão da administração da Companhia não fazem parte das operações normais, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela alíquota combinada de 34%. O Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres é a soma da média da Dívida Líquida Ajustada dos últimos quatro trimestres e da média do Patrimônio Líquido dos últimos quatro trimestres.

- **O crescimento da Receita Bruta, Líquida de Devolução totalizou 9,6% no trimestre.** A Companhia ganhou participação de mercado, ficando assim, acima dos dados divulgados pelo IBGE (PMC) para os três Estados do Sul do Brasil neste mesmo período, e apresentou queda de Vendas Mesmas Lojas (SSS - *Same Stores Sales*) de (6,4)%, devido ao impacto da pandemia. **Considerando o período anterior ao fechamento de lojas, tivemos 16,5% de crescimento de vendas e 6,6% de crescimento SSS.**
- **O Lucro Bruto avançou 7,5%, com Margem Bruta de 40,2%.** No primeiro trimestre de 2020 apresentamos R\$126,4 milhões de Lucro Bruto.
- **Despesas Operacionais totalizaram R\$112,5 milhões.** As despesas Operacionais pró-forma, excluindo os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), apresentaram crescimento de 18,6%, no montante de R\$114,9 milhões, acompanhando a expansão orgânica da Companhia.
- **EBITDA Ajustado de R\$15,4 milhões, com Margem EBITDA Ajustado de 4,9%.**
- **Lucro / (Prejuízo) Líquido totalizou R\$(1,5) milhões.** Lucro Líquido pró-forma de R\$(0,7) milhões vs R\$0,0 milhões do 1T19, excluindo os efeitos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

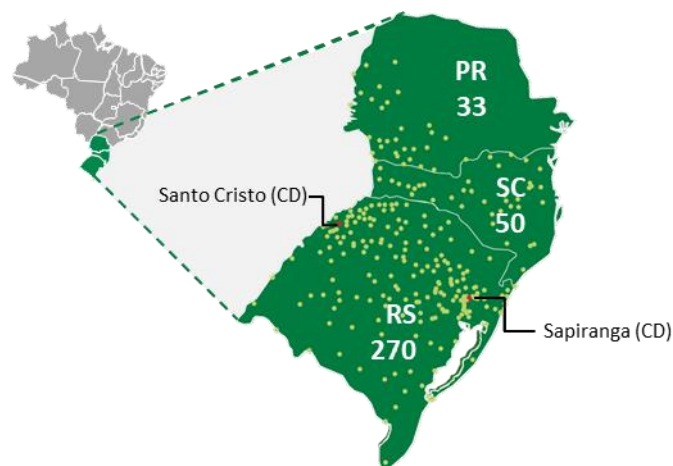
Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.	Impacto		Var.	1T20		1T19	Var.
				IFRS16 - 1T20	IFRS16 - 1T19		Pró-forma ¹	Pró-forma ¹		
Receita Bruta Líquida de Devoluções	388,0	354,1	9,6%	-	-	-	388,0	354,1	9,6%	
Impostos	(73,3)	(38,9)	88,4%	-	-	-	(73,3)	(38,9)	88,4%	
Receita operacional líquida	314,7	315,2	(0,2%)	-	-	-	314,7	315,2	(0,2%)	
Venda de mercadorias	204,5	229,8	(11,0%)	-	-	-	204,5	229,8	(11,0%)	
Serviços prestados	110,2	85,4	29,1%	-	-	-	110,2	85,4	29,1%	
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(188,3)	(197,6)	(4,7%)	-	-	-	(188,3)	(197,6)	(4,7%)	
Lucro bruto	126,4	117,5	7,5%	-	-	-	126,4	117,5	7,5%	
Receitas (despesas) operacionais	(112,5)	(94,2)	19,4%	2,4	2,7	(10%)	(114,9)	(96,9)	18,6%	
Vendas	(77,8)	(64,2)	21,2%	2,2	2,5	(14%)	(79,9)	(66,7)	19,9%	
Administrativas e gerais	(32,5)	(28,3)	15,0%	0,2	0,2	43%	(32,7)	(28,4)	15,1%	
Outras despesas operacionais, líquidas	(2,2)	(1,8)	24,8%	-	-	-	(2,2)	(1,8)	24,8%	
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	13,9	23,3	(40,4%)	2,4	2,7	(10%)	11,5	20,6	(44,3%)	
Resultado Financeiro Líquido	(15,9)	(21,3)	(25,3%)	(3,7)	(3,5)	5%	(12,2)	(17,8)	(31,2%)	
Despesas financeiras	(18,6)	(23,5)	(21,0%)	(3,7)	(3,5)	5%	(14,9)	(20,0)	(25,5%)	
Receitas financeiras	2,7	2,2	20,4%	-	-	-	2,7	2,2	20,4%	
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda, e da contribuição social	(2,0)	2,1	(194,9%)	(1,3)	(0,8)	55%	(0,7)	2,9	(124,5%)	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	0,4	(2,6)	(116,9%)	0,4	0,3	55%	0,0	(2,9)	(100,2%)	
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(1,5)	(0,5)	207,6%	(0,8)	(0,5)	55%	(0,7)	0,0	(1889,3%)	

(1) Para melhorar a comparabilidade dos resultados entre os anos, foi incluída uma coluna Pró-forma que exclui os efeitos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) das demonstrações. Os dados "Pró-forma" não são auditados.

DESEMPENHO OPERACIONAL 1T20

A venda mesmas lojas (SSS) caiu (6,4)% no 1T20, impactada pela suspensão das operações de lojas ao longo do mês de março. A Companhia encerrou o trimestre com 353 lojas, tendo aberto 8 novas lojas e fechado 1 loja durante o trimestre (49 aberturas e 1 fechamento nos últimos doze meses). Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a companhia obteve um crescimento de 15,7% na base de lojas, e um crescimento de 18,3% na área de vendas.

Informações Operacionais	1T20	1T19	Var.
Total de lojas	353	305	15,7%
Rio Grande do Sul	270	251	7,6%
Santa Catarina	50	34	47,1%
Paraná	33	20	65,0%
Área de vendas (000s m²)	234	198	18,3%

MAPA DE LOJAS 1T20


DESEMPENHO FINANCEIRO 1T20

Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD)

A RBLD totalizou R\$388,0 milhões no 1T20, ante R\$354,1 milhões no 1T19, com crescimento de 9,6%.

Atividades de Negócio (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	388,0	354,1	9,6%
Varejo	273,4	265,6	3,0%
Serviços Financeiros	98,5	74,0	33,2%
Cartão de Crédito	16,1	14,6	10,5%

A atividade de negócio de Varejo cresceu 3,0% no trimestre, representando 70,5% das receitas da Companhia, resultado da queda de (6,4)% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas ao longo de 2019 (50 lojas) e no 1T20 (8 lojas). Estimamos o impacto negativo do Covid-19 em R\$37,8 (não auditado) milhões de venda Varejo, considerando o crescimento de vendas apresentado até o dia 15 de março.

A RBLD de Serviços Financeiros, totalizou R\$98,5 milhões, com crescimento expressivo de 33,2% vs. 1T19. A carteira líquida com juros originada pelos cartões VerdeCard terminou o trimestre em R\$502,2 milhões, crescimento de 19,7% frente ao mesmo período do ano anterior, acompanhando o crescimento de vendas de Varejo, ao longo dos últimos doze meses.

A atividade de Cartão de Crédito apresentou 10,5% de crescimento de receitas, representando assim 4,2% das receitas da Companhia. Apresentamos crescimento no valor transacionado através do VerdeCard, atingindo um volume total de R\$378,2 milhões, sendo R\$209,5 milhões em estabelecimentos conveniados.

O impacto do fechamento das lojas é visto inicialmente na receita da atividade de Varejo, porém com a diminuição da geração de produtos financeiros atrelada ao Varejo, teremos impactos nas atividades de Serviços Financeiros e Cartão de Crédito posteriormente.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$314,7 milhões no 1T20, ante R\$315,2 milhões no ano anterior, com queda de 0,2%. Esta queda de Receita Operacional Líquida abaixo do crescimento de RBLD deve-se ao aumento do montante reconhecido na conta de Impostos Incidentes Sobre a Venda, que passou a representar 18,9% da RBLD frente a 11,0% no 1T19. Este efeito foi causado pela alteração na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul (decreto nº 54.308/2018), a partir de março de 2019, onde o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS-ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo do estoque adquirido e de aumentar o valor do ICMS-ST devido, e consequentemente, no momento da venda dos produtos, diminuir o custo das mercadorias vendidas e aumentar os impostos incidentes. A alteração ocasionou, no 1T20, um aumento no valor de impostos incidentes sobre vendas no montante de R\$ 30,9 milhões. Este efeito somente deixará de estar presente a partir do 3T20, quando a metodologia passará a ser comparável.

Lucro Bruto

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2020 com R\$126,4 milhões de Lucro Bruto, equivalente a um crescimento de 7,5% em relação ao primeiro trimestre de 2019.

A Margem Bruta, representada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Operacional Líquida, foi de 40,2% no 1T20. Devido aos impactos da mudança na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul em 2019, a Margem Bruta não é diretamente comparável ao ano anterior, pois houve uma diminuição da receita líquida como efeito das práticas contábeis decorrentes deste novo modelo de tributação, o que aumenta matematicamente a Margem Bruta ao diminuir o denominador do indicador.

Despesas Operacionais

No 1T20, as Despesas Operacionais totalizaram R\$112,5 milhões, com crescimento de 19,4% vs. 1T19.

Ao excluirmos os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), que resultou em uma redução das despesas de locação e um aumento de depreciação sobre os ativos de arrendamento de direito de uso, chegamos a uma Despesa Operacional ajustada pelo efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) de R\$ 114,9 milhões, o que representaria um crescimento de 18,6% frente ao ano anterior.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.	1T20		1T19	
				Pró-forma	Pró-forma	Pró-forma	Pró-forma
Despesas Operacionais	(112,5)	(94,2)	19,4%	(114,9)	(96,9)	18,6%	
Despesas com vendas	(77,8)	(64,2)	21,2%	(79,9)	(66,7)	19,9%	
Despesas Gerais e Administrativas	(32,5)	(28,3)	15,0%	(32,7)	(28,4)	15,1%	
Outras Despesas Operacionais	(2,2)	(1,8)	24,8%	(2,2)	(1,8)	24,8%	

Os dados "Pró-forma" não são auditados.

Despesas com vendas: aumento de 21,2% em relação ao ano anterior, atribuído ao aumento de vendas da Companhia e às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica, com o primeiro ano completo de operações das 50 lojas abertas em 2019 e da inauguração de 8 novas lojas no 1T20. Ao excluirmos os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), temos um crescimento de 19,9%.

Despesas Gerais e Administrativas: crescimento de 15,0% vs. 1T19. Foi impactada, pelas despesas referentes ao início da operação da nova estrutura do CD1, em Santo Cristo - RS, no valor adicional de R\$0,9 milhões frente ao mesmo período do ano anterior, que funcionou paralelamente à estrutura antiga, durante boa parte do primeiro trimestre, até a conclusão da migração da operação. Ao excluirmos os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), temos um crescimento de 15,1%.

Resultado Financeiro

No primeiro trimestre de 2020, o Resultado Financeiro Líquido totalizou uma despesa de R\$15,9 milhões, majorado em R\$ 3,6 milhões pela adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2). Ao excluirmos os efeitos da adoção desta norma contábil, chegamos a um Resultado Financeiro Líquido ajustado pelo efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) com uma despesa de R\$ 12,2 milhões, o que representaria uma redução de 31,2% frente ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pela redução da taxa básica de juros, e da redução do impacto do ajuste a valor presente do capital de giro da Companhia.

Lucro Líquido

A Companhia registrou Prejuízo de R\$(1,5) milhões no 1T20 vs. R\$(0,5) milhões no 1T19. O impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) foi de R\$(0,8) milhões, assim o Prejuízo ajustado pelo efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) comparável da Companhia foi de R\$(0,7) milhões vs R\$0,0 milhões no 1T19.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado da Companhia no 1T20 totalizou R\$15,4 milhões, com 36,2% de redução vs. 1T19, já excluindo os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2). A Margem EBITDA Ajustado de 1T20 foi de 4,9%.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	1T20			1T19		
	1T20	1T19	Var.	Pró-forma ¹	Pró-forma ¹	Var.
Lucro Líquido	(1,5)	(0,5)	207,6%	(0,7)	0,0	(1889,3%)
(+) IR, CSLL	(0,4)	2,6	(116,9%)	(0,0)	2,9	(100,2%)
(+) Resultado Financeiro Líquido	15,9	21,3	(25,3%)	12,2	17,8	(31,2%)
(+) Depreciação e Amortização	14,2	11,5	23,4%	3,8	3,4	13,3%
(=) EBITDA	28,1	34,9	(19,3%)	15,4	24,0	(36,2%)
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(12,8)	(10,8)	18,2%	-	-	-
(=) EBITDA Ajustado	15,4	24,0	(36,2%)	15,4	24,0	(36,2%)
Margem EBITDA Ajustado	4,9%	7,6%	(2,8)p.p.	4,9%	7,6%	(2,8)p.p.

(1) O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores. Os dados “Pró-forma” não são auditados.

Dívida Líquida Ajustada

Em 31 de março de 2020, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$244,0 milhões, e a relação entre a Dívida Líquida Ajustada e o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses foi de 2,1x.

Durante o trimestre realizamos novas captações para aumentar a liquidez e fazer frente às incertezas do cenário atual, e terminamos o período com 69,2% do total da dívida com amortizações no longo prazo (vs 52,8% no 1T19).

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)	1T20	4T19	1T19
Empréstimos e Financiamentos	393,3	336,0	251,7
Circulante	121,1	69,2	118,8
Não Circulante	272,2	266,8	132,9
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(190,7)	(270,3)	(91,7)
Caixa e equivalentes de caixa	(173,3)	(240,3)	(79,0)
Aplicações Financeiras	(17,4)	(30,0)	(12,7)
Dívida Líquida	202,6	65,7	160,0
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	41,4	29,9	37,5
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	29,3	1,9	27,8
Aplicações Financeiras FIDC	12,2	27,9	9,7
Dívida Líquida Ajustada	244,0	95,6	197,5
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM	2,1	0,8	2,0

Como evento subsequente, captamos em abril uma linha de crédito adicional de R\$30,0 milhões com vencimento em abril de 2021.

Investimentos

No 1T20, os investimentos da Companhia totalizaram R\$13,5 milhões, incluindo aberturas de lojas, reformas, implementação de projetos, investimentos em logística e TI. Neste trimestre, foram abertas 8 novas lojas, comparado a 9 lojas no 1T19. Também investimos R\$2,8 milhões, no trimestre, na troca da operação do centro de distribuição de Santo Cristo – RS.

Investimentos (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.
Novas lojas	2,7	2,7	0,8%
Reformas e Projetos em Lojas	3,5	2,3	50,2%
Logística, TI e Outros	7,4	4,9	49,5%
Total Investimentos	13,5	9,9	36,6%

ROIC Ajustado

No 1T20, o ROIC Ajustado da Companhia foi de 23,3%, 3,2p.p. acima do verificado no 1T19, principalmente devido ao aumento do resultado operacional no exercício acima do crescimento verificado no capital investido.

Retorno sobre Capital Investido (R\$ milhões)	1T20	1T19	Var.
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido (UDM)	104,6	79,9	30,8%
(+) Impostos sob discussão judicial “Lei do Bem”	-	7,6	(100,0%)
(+) Bônus do FIDC	9,0	-	-
(+/-) Efeito de IRPJ/CSLL	(38,6)	(29,8)	29,8%
Alíquota de IR/CSLL	34,0%	34,0%	-
(=) NOPAT Ajustado (UDM)	74,9	57,8	29,8%
(+) Patrimônio Líquido (média últimos 4 trimestres)	142,0	130,3	9,0%
(+) Dívida Líquida Ajustada (média últimos 4 trimestres)	179,7	156,4	14,9%
Capital Investido Total média UDM	321,7	286,7	12,2%
ROIC Ajustado	23,3%	20,1%	3,2p.p

SOBRE A QUERO-QUERO

Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul.

A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando mais de 350 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito de bandeira própria “VerdeCard”.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lojas Quero-Quero S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas Informações Financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 17 de junho de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Lojas Quero-Quero S.A.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19			31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	85.325	148.840	173.272	240.251	Fornecedores	19	183.390	267.461	183.390	267.461
Aplicações financeiras	8	5.271	2.094	17.430	30.035	Fornecedores conveniados	19	39.119	46.590	39.119	46.590
Contas a receber de clientes	9	60.592	98.919	552.420	570.894	Empréstimos e financiamentos	20	121.055	69.235	121.055	69.235
Estoques	11	233.889	224.323	233.889	224.323	Quotas seniores FIDC Verdecard	10	-	-	71.165	63.275
Impostos a recuperar	12	57.177	52.927	57.596	52.966	Passivos de Arrendamento	32	38.991	37.298	38.991	37.298
Despesas antecipadas		11.215	8.809	9.030	6.612	Obrigações com conveniadas	31	-	-	97.573	105.908
Outros créditos	14	39.047	20.389	42.092	28.788	Impostos e contribuições a recolher	23	7.977	11.612	9.725	13.103
Total ativo circulante		492.516	556.301	1.085.729	1.153.869	Salários e férias a pagar		47.524	51.264	50.596	54.085
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	9	-	-	15.524	16.310	Receita diferida	24	1.593	1.593	1.593	1.593
Partes relacionadas - Outras contas a receber	15	11.489	11.292	11.489	11.292	Dividendos a pagar		5.081	5.081	5.081	5.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	133.235	130.527	143.287	141.265	Obrigações por repasse		8.293	18.099	8.293	18.099
Depósitos judiciais		13.894	14.442	14.344	14.876	Outras obrigações		26.683	16.987	36.351	25.754
Despesas Antecipadas		3.211	3.763	9	10	Total do passivo circulante		479.706	525.220	662.932	707.482
Outros créditos	14	197	165	199	167	Não circulante					
FIDC Verdecard	10	109.587	100.981	-	-	Empréstimos e financiamentos	20	272.237	266.764	272.237	266.764
Investimentos	16	60.160	56.781	-	-	Quotas seniores FIDC Verdecard	10	-	-	278.283	296.050
Imobilizado	17	311.951	268.587	311.968	268.604	Contas a pagar por aquisição de investimento	21	46.960	46.488	46.960	46.488
Intangível	18	22.535	22.279	39.278	38.409	Receita diferida	24	1.062	1.460	1.062	1.460
Total do ativo não circulante		666.259	608.817	536.098	490.933	Passivos de Arrendamento	32	204.219	170.332	204.219	170.332
						Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis					
						Total do passivo não circulante					
						534.941					
						494.232					
						814.767					
						791.654					
						Patrimônio líquido					
						Capital social					
						25					
						139.827					
						139.827					
						139.827					
						139.827					
						Reserva de capital					
						25					
						2.480					
						2.480					
						2.480					
						2.480					
						Reserva Legal					
						423					
						423					
						423					
						423					
						Reserva de Incentivos Fiscais					
						2.936					
						2.936					
						2.936					
						2.936					
						Prejuízos do período					
						(1.538)					
						-					
						(1.538)					
						-					
						Total do patrimônio líquido					
						144.128					
						145.666					
						144.128					
						145.666					
Total do Ativo		1.158.775	1.165.118	1.621.827	1.644.802	Total passivo e patrimônio líquido		1.158.775	1.165.118	1.621.827	1.644.802

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações do resultado

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Receita operacional líquida	26	221.441	245.402	314.699	315.182
Venda de mercadorias		204.482	229.806	204.482	229.806
Serviços prestados		16.959	15.596	110.217	85.376
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27 e 29	(145.827)	(164.006)	(188.312)	(197.639)
Lucro bruto		75.614	81.396	126.387	117.543
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(77.433)	(63.962)	(77.771)	(64.175)
Administrativas e gerais	29	(18.213)	(16.423)	(32.507)	(28.271)
Resultado da equivalência patrimonial	16	3.379	31	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	28 e 29	(1.781)	(1.760)	(2.198)	(1.761)
		(94.048)	(82.114)	(112.476)	(94.207)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido		(18.434)	(718)	13.911	23.336
Resultado Financeiro Líquido					
Despesas financeiras	30	(18.376)	(22.928)	(18.557)	(23.476)
Receitas financeiras	30	32.652	23.021	2.672	2.219
Total do Resultado Financeiro Líquido		14.276	93	(15.885)	(21.257)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, e da contribuição social		(4.158)	(625)	(1.974)	2.079
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(88)	(1.727)	(1.586)	(2.406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.708	1.852	2.022	(173)
Prejuízo líquido do período		(1.538)	(500)	(1.538)	(500)
Atribuível aos:					
Proprietários da controladora		(1.538)	(500)	(1.538)	(500)
Prejuízo por ação (básico e diluído)		(0,01)	(0,00)	(0,01)	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/19</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/19</u>
Prejuízo líquido do período	(1.538)	(500)	(1.538)	(500)
Total do resultado abrangente				
atribuível aos acionistas da Lojas Quero-Quero S.A.	<u>(1.538)</u>	<u>(500)</u>	<u>(1.538)</u>	<u>(500)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019	139.827	92.982	-	-	(101.161)	131.648
Prejuízo do período	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 31 de março de 2019	<u>139.827</u>	<u>92.982</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(101.661)</u>	<u>131.148</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	139.827	2.480	423	2.936	-	145.666
Prejuízo do período	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
Saldos em 31 de março de 2020	<u>139.827</u>	<u>2.480</u>	<u>423</u>	<u>2.936</u>	<u>(1.538)</u>	<u>144.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do período		(1.538)	(500)	(1.538)	(500)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	17 e 18	13.976	11.387	14.216	11.519
Reversão créditos fiscais depreciação e amortização		587	462	587	462
Créditos fiscais passivo de arrendamento	32	158	162	158	162
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(303)	121	22.433	18.117
Equivalência patrimonial	16	(3.379)	(31)	-	-
Ganho na venda e/ou custo de ativo imobilizado e intangível baixados	28	-	1	-	1
Encargos financeiros sobre contas a pagar por aquisição de investimento	21	472	713	472	713
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	20	4.856	4.705	4.856	4.705
Encargos financeiros passivo de arrendamentos	32	3.746	3.580	3.746	3.580
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	28	1.243	2.543	1.414	2.397
Provisão para perdas em estoques	11	(1.166)	62	(1.166)	62
Apropriação receita diferida	24	(398)	(876)	(398)	(876)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(2.708)	(1.852)	(2.022)	173
Lucro Ajustado		15.546	20.477	42.758	40.515
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		38.630	21.643	(3.173)	(21.904)
Estoques		(8.400)	8.661	(8.400)	8.661
Quotas subordinadas FIDC Verdecard		(8.606)	2.736	-	-
Créditos diversos		(24.214)	(15.109)	(19.819)	(12.798)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(93.077)	(85.715)	(93.077)	(85.715)
Quotas seniores FIDC Verdecard		-	-	(9.877)	699
Obrigações com conveniadas		-	-	(8.335)	(10.016)
Impostos e contribuições a recolher		(2.891)	(2.745)	(1.800)	(2.541)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(744)	(164)	(1.578)	(334)
Outras obrigações e contas a pagar		(3.850)	(36.667)	(2.698)	8.946
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(87.606)	(86.883)	(105.999)	(74.487)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(3.177)	969	12.605	18.691
Aquisição de imobilizado	17	(10.256)	(5.202)	(10.257)	(5.202)
Adições ao intangível	18	(902)	(948)	(1.754)	(3.130)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de investimento		(14.335)	(5.181)	594	10.359
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros	20	59.959	29.723	59.959	29.723
Pagamento de juros sobre financiamentos e mútuos	20	(3.331)	(6.227)	(3.331)	(6.227)
Pagamento do valor principal de financiamentos	20	(4.388)	(18.626)	(4.388)	(18.626)
Pagamento de passivo de arrendamentos		(10.068)	(8.128)	(10.068)	(8.128)
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos		(3.746)	(3.580)	(3.746)	(3.580)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de financiamento		38.426	(6.838)	38.426	(6.838)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(63.515)	(98.902)	(66.979)	(70.966)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	148.840	119.227	240.251	149.933
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	85.325	20.325	173.272	78.967

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Lojas Quero-Quero S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	290.851	281.107	386.171	352.805
Outras receitas operacionais	225	61	225	61
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	303	(121)	(22.433)	(18.117)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(208.711)	(182.455)	(228.994)	(198.632)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.993)	(7.713)	(22.732)	(16.570)
Perda e recuperação de valores ativos	1.166	(62)	1.166	(62)
Valor adicionado bruto	71.841	90.817	113.403	119.485
Depreciação e amortização	(13.976)	(11.387)	(14.216)	(11.519)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	57.865	79.430	99.187	107.966
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	3.379	31	-	-
Receitas financeiras	32.652	23.021	2.672	2.219
Valor adicionado total a distribuir	93.896	102.482	101.859	110.185
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e Encargos:				
Remuneração direta	46.541	41.166	48.666	42.798
Benefícios	3.338	2.730	3.782	3.087
FGTS	4.397	3.664	4.611	3.852
	54.276	47.560	57.059	49.737
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	16.072	19.798	19.973	24.057
Estaduais	(1.100)	6.547	(1.100)	6.547
Municipais	886	803	1.318	1.208
	15.858	27.148	20.191	31.812
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	18.376	22.928	18.558	23.476
Aluguéis	3.063	2.372	3.118	2.402
Outras	3.861	2.974	4.471	3.258
	25.300	28.274	26.147	29.136
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízos do período	(1.538)	(500)	(1.538)	(500)
Valor adicionado distribuído	93.896	102.482	101.859	110.185

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Quero-Quero S.A. (“Companhia”) e suas controladas é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943 – RS, e tem como objeto social o comércio varejista em geral, principalmente de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, além de atividades correlatas, como importação, prestação de serviços de correspondente bancário, e intermediação de venda de garantia estendida, em atividade própria ou através das sociedades controladas Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Verde”) e Sentinela dos Pampas – Administradora e Corretora de Seguros Ltda. (“Sentinela dos Pampas”).

A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das compras parceladas com encargos realizadas pelos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de ressarcimentos de prestação de serviços da utilização de recursos por essas empresas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia iniciou em 28 de março de 2018 a operação com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Verdecard), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de financiamento para as operações que são realizadas por clientes através do cartão de crédito emitido pela Companhia, buscando otimizar a rentabilização das operações de financiamentos praticadas pela Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela

Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de março de 2020 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17 de junho de 2020.

2.2 Bases de consolidação e investimento em controladas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia, de suas controladas Verde e Sentinela dos Pampas (participação de 100% em ambas as entidades).

No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, as informações financeiras intermediárias das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração dessas informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2020 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nas situações em que não ocorreram alterações significativas na natureza dos saldos contábeis ou nas políticas da Companhia, os detalhamentos divulgados nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram integralmente reproduzidos nestas informações financeiras intermediárias. Em virtude disso, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2020.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua.

Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão

afetar também períodos futuros.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

4.1 COVID-19

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pela pandemia de *Coronavirus Disease 19* (“COVID-19”), conforme decretado pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), e o impacto operacional inicial nos mais diferentes setores da economia brasileira com a sua chegada ao Brasil. Desde o início da pandemia do COVID-19, tivemos a interrupção das operações de algumas lojas na terceira semana de março seguindo as regulamentações locais, e determinamos uma breve interrupção das operações de todas as lojas entre 23 e 31 de março, diante da disseminação do vírus. Com o início do segundo trimestre começamos a retomada das operações e reabertura de nossas lojas onde inicialmente, as lojas voltaram a operar apenas para o recebimento de pagamentos de clientes através do serviço de correspondente bancário, e posteriormente, ainda no mês de abril também retomaram as atividades de varejo. Além disso, voltamos a inaugurar novas lojas, sendo 1 em abril e 6 novas lojas em maio.

A Administração executou diversas iniciativas visando a preservação da saúde de seus colaboradores e a viabilidade operacional da Companhia. Os principais eixos de atuação da Companhia foram os seguintes:

- (i) Saúde e segurança de nossos colaboradores, clientes e parceiros: além da interrupção das operações de nossas lojas e centros de distribuição durante o período citado, e da adoção do trabalho remoto nas áreas administrativas, também promovemos o afastamento de colaboradores de grupos de risco para minimizar o risco de contágio. Adotamos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, como utilização de máscaras, higienização constante dos locais de trabalho, disponibilização de álcool gel para colaboradores e clientes, e limitação de acesso para evitar aglomerações;
- (ii) Preservação do caixa da companhia: através de tomadas de novas linhas de crédito, e postergação de investimentos e despesas não essenciais, e extensão de prazos com fornecedores;
- (iii) Renegociação de aluguéis realizada em março e abril, abrangendo aproximadamente 20% dos aluguéis de pontos de lojas, seja por aumento de prazo para pagamento ou desconto no valor;
- (iv) Adequação do nível operacional: adequação de estoques para os novos níveis de venda e novo cenário de produção das indústrias, adequação da operação logística e dos sistemas de TI;
- (v) Comunicação e atendimento ao cliente: reforço na comunicação ao cliente informando sobre alternativas frente ao atendimento presencial, como e-commerce, pagamento de faturas por meios digitais ou em locais alternativos, tele vendas e venda por aplicativos de mensagens;
- (vi) Crédito e cobrança: reavaliação constante das políticas de crédito acompanhando a interrupção das operações em lojas no final de março e acompanhamento da evolução da carteira de crédito para possibilitar a tomada de decisões na retomada das operações.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios, e reportarem nas informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

A Companhia efetuou uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). (*)	Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>joint venture</i> , o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado.	Indeterminado
IFRS 17 - Contratos de Seguro.	Norma contábil abrangente para contratos de seguros que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos mesmos. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo de contabilidade para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras. Comparado com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contabilísticas locais vigentes anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, tratando de todos os aspectos contábeis relevantes.	01/01/2021
Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.	01/01/2022

circulante ou não-
circulante

(*) O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a essa IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção das IFRS está condicionada à aprovação prévia do correspondente CPC pelo Conselho Federal de Contabilidade e em ato normativo da CVM.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos alterações à IFRS 10 e à IAS 28, IFRS 17 e Alteração da IAS 1, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/03/20	31/12/19
Participação Direta		
Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.	100	100
Sentinela dos Pampas Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	99	99
Participação Indireta		
Sentinela dos Pampas Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	1	1

A Companhia consolida as informações financeiras intermediárias do FIDC Verdecard, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Remuneração	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Caixa e bancos	20.710	6.747	21.524	7.277
Equivalentes de caixa:				
Conta Corrente Remunerada 2 a 12% do CDI	1.016	22.133	5.459	35.503
Certificado de depósito bancário 70 a 117% do CDI	63.599	119.960	117.080	195.584
Letras do tesouro nacional 4,20% a.a.	-	-	-	1.887
Notas do tesouro nacional IPCA+ 4,94% a.a.	-	-	29.209	-
Total	85.325	148.840	173.272	240.251

Os certificados de depósitos bancário referem-se a aplicações financeiras que possuem liquidez

imediate e rentabilidade aproximada de 70% a 117% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Certificado de depósito bancário	90% a 117% CDI	5.271	2.094	5.271	2.094
Letra financeira do tesouro	100% da SELIC	-	-	12.159	27.941
Total		5.271	2.094	17.430	30.035

Em 31 de março de 2020 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$ 5.271 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2019), estão vinculadas as garantias emitidas para garantir o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros comerciais, e também conforme nota explicativa nº 20, como garantia de linha de crédito tomada com instituição financeira.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Cartões de crédito - próprio (Verde Card)	36.710	57.302	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	10.106	22.764	10.106	22.764
Outros créditos e financiamentos	537	427	537	427
Financiamento próprio - Lojas (b)	16.396	21.534	58.729	57.285
Financiamento próprio - Conveniados Verde Card (c)	-	-	48.071	48.720
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	559.675	544.416
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	2.808	2.878	2.976	3.027
	66.557	104.905	680.094	676.639
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.644)	(4.931)	(110.829)	(88.380)
Ajuste a valor presente	(1.321)	(1.055)	(1.321)	(1.055)
Total	60.592	98.919	567.944	587.204
Circulante				
Contas a receber de clientes	23.882	41.577	552.420	570.894
Contas a receber partes relacionadas (Nota 15)	36.710	57.342	-	-
	60.592	98.919	552.420	570.894
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	15.524	16.310

- a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros. Em 20 de março de 2020, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia em virtude da COVID-19, foi realizada a antecipação de R\$ 10.979 dos recebíveis com as operadoras de cartão de crédito.

- b) Corresponde aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas, podendo ser parcelados principalmente em até 12 prestações mensais sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.
- c) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard, podendo ser parcelados em até 12 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 3 meses. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, através de contratos de parceria.
- d) Refere-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 15.524 (R\$ 16.310 em 31 de dezembro de 2019), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

Vencimento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
A vencer	60.407	99.107	489.587	544.742
Vencidos até 30 dias	1.364	809	59.294	30.201
Vencidos de 31 a 60 dias	234	125	19.102	11.623
Vencidos de 61 a 90 dias	147	72	13.765	9.757
Vencidos de 91 a 180 dias	190	238	21.923	17.039
Vencidos de 181 a 360 dias	352	356	28.142	29.829
Vencidos acima de 360 dias	3.863	4.198	48.281	33.448
Total	66.557	104.905	680.094	676.639

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e avalia fatores econômicos que para constituir a provisão para perdas estimadas.

A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é pulverizada, além disso, as operações das vendas realizadas por meio do cartão de crédito VerdeCard são financiadas por instituições financeiras parceiras, conforme divulgado na nota explicativa 31.1.a.

Devido ao potencial impacto no ambiente econômico trazido pela disseminação da pandemia do COVID-19, a Companhia realizou uma análise de conjuntura de forma a avaliar a necessidade de alteração na estrutura de cálculo de provisão. Os principais fatores analisados foram:

- (i) Possibilidade de afetar a renda disponível dos clientes que possuem faturas vincendas;
- (ii) Acompanhamento da inadimplência de direitos de creditórios verificada em períodos pré e pós-COVID-19; e
- (iii) Condições econômicas mercadológicas que podem interferir nas taxas futuras de inadimplência.

Com base nesta análise interna, a Companhia concluiu que o modelo atualmente utilizado para mensuração de perdas esperadas é capaz de capturar os riscos de inadimplência incorridos pela Companhia, portanto, não houve mudança nas técnicas de estimativa ou premissas relevantes feitas durante o período do relatório corrente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no período foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Saldo inicial	(4.931)	(4.546)	(88.380)	(29.831)
Complemento da provisão líquida	-	(107)	(22.736)	(18.104)
Baixas efetuadas	287	-	287	-
Saldo final	(4.644)	(4.653)	(110.829)	(47.935)

Ajuste a valor presente de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/20	31/03/19
Saldo no início do trimestre	(1.055)	(1.225)
Ajuste a valor presente sobre vendas à prazo e/ou cartão parcelado	(1.668)	(3.514)
Realização do ajuste a valor presente	1.402	1.096
Saldo no final do trimestre	(1.321)	(3.643)

A Companhia utilizou a taxa de 0,54% mensal (1,20% mensal em 31 de março de 2019) para cálculo de ajuste a valor presente de contas a receber.

10. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em março de 2018, foram iniciadas as operações do FIDC Verdecard, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução 2.907 do Banco Central do Brasil, pela Instrução CVM 356, pelo Regulamento do Fundo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados das compras dos clientes do cartão VerdeCard. O FIDC Verdecard tem duração de até 10 (dez) anos contados a partir do início de suas operações, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos

Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Não obstante, as quotas serão objeto de amortizações durante o prazo de vigência do Fundo.

A estrutura de patrimônio do FIDC Verdecard, em 31 de março de 2020 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/03/20	Valor 31/03/20
Subordinadas	(*)	27,69%	112.100	136.983
Sênior - 1ª Série	CDI + 1,8% a.a.	8,59%	85.000	42.509
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	19,21%	95.000	95.021
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	24,27%	120.000	120.047
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	20,22%	100.000	100.018
Total			512.100	494.579

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade 31/12/19	Valor 31/12/19
Subordinadas	(*)	25,52%	112.100	126.226
Sênior - 1ª Série	CDI + 1,8% a.a.	10,74%	85.000	53.138
Sênior - 2ª Série	CDI + 2,1% a.a.	19,21%	95.000	95.024
Sênior - 3ª Série	IPCA + 7,0% a.a.	24,28%	120.000	120.064
Sênior - 4ª Série	CDI + 0,9% a.a.	20,22%	100.000	100.021
Total			512.100	494.473

(*) A exposição da Companhia às atividades do FIDC VerdeCard limita-se ao montante de cotas subordinadas subscritas, portanto a exposição dos quotistas subordinados em 31 de março de 2020 é limitada ao valor de R\$ 136.983 (R\$ 126.226 em 31 de dezembro de 2019). O Regulamento do Fundo define que as cotas subordinadas devem representar no mínimo 25% das cotas seniores.

A Companhia atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos de crédito e efetua o gerenciamento contínuo da carteira transferida para o FIDC Verdecard.

Em 31 de março de 2020, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do trimestre do FIDC Verdecard estão assim compostos:

Ativo	31/03/20	31/12/19
Caixa e equivalentes de caixa	29.286	1.946
Aplicações financeiras	12.159	27.941
Contas a receber de clientes	453.685	461.161
Despesas antecipadas	-	2
Outros créditos	19	3.828
Total do Ativo	495.149	494.878
Passivo		
Contas a pagar	570	405
Patrimônio Líquido	494.579	494.473
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	495.149	494.878

Demonstração do resultado do exercício	31/03/20	31/03/19
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	48.691	34.320
Receitas/despesas	66.850	46.612
Resultado nas negociações	4.576	5.704
Provisão por redução no valor de recuperação	(22.735)	(17.996)
Títulos públicos federais	332	488
Rendas com aplicações em operações compromissadas	168	276
Rendas de títulos de renda fixa	164	212
Total das receitas	49.023	34.808
Demais despesas	(1.334)	(893)
Taxa de administração	(275)	(446)
Despesa com software	(44)	(272)
Taxa de gestão	(496)	(146)
Despesa com CETIP/SELIC	(11)	(10)
Taxa de fiscalização CVM	(12)	(12)
Despesas de Comunicações	(26)	-
Taxa ANBIMA	(5)	(2)
Auditoria externa	(73)	-
Taxa de Controladoria	(161)	(1)
Custódia	(150)	(1)
Outras despesas	(81)	(3)
Resultado do período pertence aos detentores de cotas classificadas no Patrimônio Líquido	47.689	33.915

Quotas seniores FIDC Verdecard

		Vencimento final	31/03/2020	Consolidado 31/12/19
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,8% a.a. + CDI	2021	42.509	53.138
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,1% a.a. + CDI	2023	95.021	95.024
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 7,0% a.a. + IPCA	2024	120.047	120.064
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 0,9% a.a. + CDI	2024	100.018	100.021
Custos de estruturação FIDC Verdecard (b)		2024	(8.147)	(8.922)
Total			349.448	359.325
Circulante			71.165	63.275
Exigível a longo prazo			278.283	296.050

- (a) Representa o saldo das quotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação as quotas subordinadas.
- (b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das quotas seniores.

As parcelas do passivo não circulante das quotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/19
2021	63.420	81.188
2022	103.079	103.079
2023	79.920	79.920
2024	31.864	31.863
Total	278.283	296.050

11. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/20	31/12/19
Mercadorias para revenda	232.598	223.057
Estoque para demonstração	447	445
Estoque de uso e consumo próprio	1.762	1.330
Importações em andamento	36	460
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	(954)	(969)
Total	233.889	224.323

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período foi de R\$ 143.669 (R\$ 162.116 em 31 de março de 2019).

O valor da provisão para perda dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(587)
Constituição de provisão	(62)
Saldo em 31 de março de 2019	(649)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(969)
Reversão de provisão	15
Saldo em 31 de março de 2020	(954)

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
ICMS	(a)	40.710	40.674	40.710	40.674
Imposto de renda e contribuição social	(b)	14.695	10.448	15.114	10.487
COFINS	(c)	796	829	796	829
PIS	(c)	172	179	172	179
INSS	(d)	804	797	804	797
Total		<u>57.177</u>	<u>52.927</u>	<u>57.596</u>	<u>52.966</u>

- a) Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias, no montante de R\$ 27.685. A Companhia possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST, compreendendo os períodos de novembro de 2016 a fevereiro de 2019, no montante atualizado de R\$ 11.830. A partir de março de 2019 em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando o creditamento deste valor, já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente a parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das vendas de mercadorias. Em 31 de março de 2020 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no trimestre corrente foi de R\$ 1.195. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com o próprio tributo.
- b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos será efetuada através de compensação de outros tributos federais.
- c) Em março de 2017, quando do julgamento com repercussão geral, RE 574.706, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, e desta forma a Companhia ajuizou medidas judiciais para suspender a exigibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições. Os saldos das referidas contribuições a recuperar são decorrentes do recálculo e apropriação dos créditos da Companhia ainda não compensados referentes ao período de março a junho de 2017.
- d) Os saldos de INSS a recuperar são decorrentes de recolhimento a maior efetuado pela Companhia nos períodos de 2014 a 2018 pela indevida incidência de INSS patronal sobre os descontos relativos a vale-transporte e alimentação.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Controladora						
	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Março de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Março de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	113.459	(676)	112.783	(2.525)	110.258	(56)	110.202
Diferenças temporárias							
Receita Diferida	3.665	(89)	3.576	(200)	3.376	(41)	3.335
Ajuste a valor presente de clientes	416	822	1.238	(880)	358	90	448
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	204	23	227	108	335	(5)	330
Ajuste a valor presente de estoques	2.534	(562)	1.972	(781)	1.191	1.264	2.455
Provisão para dissídio coletivo	244	(34)	210	13	223	(45)	178
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	3.962	242	4.204	645	4.849	160	5.009
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.969	360	3.329	(228)	3.101	423	3.524
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.656)	1.535	(2.121)	(200)	(2.321)	634	(1.687)
Arrendamento mercantil	-	3.888	3.888	786	4.674	430	5.104
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	29	548	27	575	13	588
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	-	-	2.860	2.860	-	2.860
Outras provisões	287	(76)	211	837	1.048	(159)	889
Total	124.603	5.462	130.065	462	130.527	2.708	133.235

	Consolidado						
	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Março de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Março de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	128.224	(2.574)	125.650	(5.595)	120.055	(718)	119.337
Diferenças temporárias							
Receita Diferida	3.665	(89)	3.576	(200)	3.376	(41)	3.335
Ajuste a valor presente de clientes	416	822	1.238	(880)	358	90	448
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	204	23	227	108	335	(5)	330
Ajuste a valor presente de estoques	2.534	(562)	1.972	(781)	1.191	1.264	2.455
Provisão para dissídio coletivo	274	(64)	210	13	223	(45)	178
Provisão atualização contas a pagar por aquisição de investimento	3.962	242	4.204	645	4.849	160	5.009
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.321	263	3.584	65	3.649	491	4.140
Ajuste a valor presente de fornecedores	(3.656)	1.535	(2.121)	(200)	(2.321)	634	(1.687)
Arrendamento mercantil	-	3.888	3.888	786	4.674	430	5.104
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	29	548	27	575	13	588
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	-	-	3.095	3.095	-	3.095
Outras provisões	285	(76)	209	997	1.206	(251)	955
Total	139.748	3.437	143.185	(1.920)	141.265	2.022	143.287

Uma parcela dos montantes de constituição/realização de impostos de renda e contribuição social diferidos tiveram registros efetuados diretamente na conta de patrimônio líquido, por conta da adoção inicial de novo pronunciamento contábil IFRS 16 – CPC 06 (R2) no ano de 2019.

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem.

A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada período.

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/03/20	31/03/20
	Valor	Valor
2020	4.310	7.246
2021	9.561	12.835
2022	13.677	17.043
2023	18.095	18.135
2024	25.538	25.598
Após 2025	62.054	62.430
Total	133.235	143.287

A realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos de 31 de março de 2020 estavam suportados por projeções de resultados tributáveis com base em estudos que demonstravam expectativas de lucros tributáveis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.158)	(625)	(1.974)	2.079
Aliquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	1.414	213	671	(707)
Efeito da equivalência patrimonial	1.149	11	-	-
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(333)	(158)	(343)	(158)
Incentivos fiscais	384	53	422	71
Parcela isenta do adicional de 10%	6	6	12	12
Outros	-	-	(326)	(159)
Imposto de renda e contribuição social (Provisão) Reversão de IR/CS Diferidos não reconhecidos contabilmente	2.620	125	436	(941)
	-	-	-	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>2.620</u>	<u>125</u>	<u>436</u>	<u>(2.579)</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(88)	(1.727)	(1.586)	(2.406)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	<u>2.708</u>	<u>1.852</u>	<u>2.022</u>	<u>(173)</u>

14. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Circulante				
Créditos a receber de fornecedores (a)	9.535	14.305	9.656	14.404
Adiantamento a colaboradores	2.154	1.699	2.292	1.783
Contas a receber ex-controladores (b)	27.104	4.278	27.217	4.368
Outros	254	107	2.927	8.233
Subtotal	<u>39.047</u>	<u>20.389</u>	<u>42.092</u>	<u>28.788</u>
Não circulante				
Contas a receber ex-controladores (b)	96	64	98	66
Outros	101	101	101	101
Subtotal	<u>197</u>	<u>165</u>	<u>199</u>	<u>167</u>
Total	<u>39.244</u>	<u>20.554</u>	<u>42.291</u>	<u>28.955</u>

(a) Saldos acordados de ressarcimento de verba de propaganda cooperada, e bonificações de fornecedores por crescimento de volume de compras.

(b) Contas a receber dos antigos controladores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua

competência, dos antigos controladores, conforme contrato firmado entre as partes. Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia liquidou processo judicial que estava em andamento e efetivou pagamento no montante de R\$ 21.500 de responsabilidade dos antigos controladores, montante esse que será abatido do contas a pagar por aquisição de investimento (nota explicativa nº 21) após a elaboração de instrumento particular de transação.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes. No quadro a seguir estão demonstradas as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

	Controladora			
	Saldos		Transações	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/03/19
Verde Administradora de cartões de Crédito S.A.				
Contas a pagar	2	39	-	-
Contas a receber	36.710	57.342	-	-
Despesas com vendas e administrativas	-	-	(9.364)	(7.780)
Despesas/Receitas financeiras	-	-	23	103
Sentinela dos Pampas - Adm. Corretora de Seg. Ltda				
Despesas com vendas e administrativas	-	-	26	16
FIDC Verdecard				
Contas a receber	109.587	100.981	-	-
Receitas financeiras	-	-	32.095	22.264
Allied Tecnologia S.A.				
Outros créditos a receber	-	6	-	-
Contas a pagar	1.761	4.073	-	-
Compras	1.314	4.608	-	-
Outras partes relacionadas				
Outros créditos a receber	11.489	11.292	-	-
Despesas/Receitas financeiras	-	-	197	204

	Consolidado			
	Saldos		Transações	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/03/19
Allied Tecnologia S.A.				
Outros créditos a receber	-	6	-	-
Contas a pagar	1.761	4.073	-	-
Compras	1.314	4.608	-	-
Outras partes relacionadas				
Outros créditos a receber	11.489	11.292	-	-
Despesas/Receitas financeiras	-	-	197	204

Os valores a receber da Verde correspondem às vendas realizadas pela Companhia, através do

cartão VerdeCard. Essas vendas não possuem taxas de juros atreladas, e possuem prazo para liquidação inferior a 12 meses. As contas a pagar em refere-se a ressarcimento de despesas a serem liquidadas. Os montantes de despesas com vendas e administrativas referem-se a reembolso de despesas pagas para a controladora Lojas Quero-Quero.

Os valores a pagar para a Allied Tecnologia S.A. (companhia controlada por fundos administrados pela mesma gestora) referem-se ao saldo a pagar líquido em aberto referente às operações de compra pela Companhia de produtos de tecnologia para revenda. Os valores referentes a outros créditos e despesas com vendas e administrativas tratam-se de bonificações conforme acordo comercial por crescimento de volume de compras.

O valor de contas a receber do FIDC Verdecard, conforme detalhado na nota explicativa nº 10, refere-se aos montantes de quotas subordinadas subscritas pela Companhia, bem como a rentabilidade das mesmas ainda não recebidas, e o valor das receitas financeiras referem-se à rentabilização das quotas subordinadas no período.

O montante registrado em Outras partes relacionadas refere-se à operação de mútuo entre a Companhia e seus Administradores. As despesas e receitas financeiras registradas referem-se à correção dessas contas a receber com vencimento final em 03/11/2021, a uma taxa de juros correspondente a variação do CDI + 2% a.a.

Os benefícios proporcionados pela Companhia na forma de remuneração aos seus Administradores estavam assim compostos:

	Consolidado	
	31/03/20	31/03/19
Remuneração	1.828	1.589
Benefícios	121	100
Total	1.949	1.689

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. É política interna da Companhia o pagamento de premiação anual aos seus Administradores de acordo com a estimativa de atendimento de metas.

A Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os Administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa 25.3).

16. INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas estão assim compostos:

	Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A.		Sentinela dos Pampas - Adm. Corretora de Seg. Ltda		Total	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
<u>Informações sobre os investimentos:</u>						
Ações/cotas	49.750.000	49.750.000	10.000	10.000	-	-
Participação no capital social %	100%	100%	99%	99%	-	-
Total do ativo	209.169	233.384	738	699	-	-
Patrimônio líquido	59.452	56.110	713	676	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.343	16.229	36	41	-	-
<u>Movimentação dos investimentos:</u>						
Saldo no início do exercício	56.111	39.882	670	629	56.781	40.511
Equivalência patrimonial	3.343	16.229	36	41	3.379	16.270
Total	59.454	56.111	706	670	60.160	56.781
Total	59.454	56.111	706	670	60.160	56.781

Nenhuma das controladas têm as suas ações negociadas em bolsa de valores.

17. IMOBILIZADO

	Taxas de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Terrenos	-	83	83	83	83
Prédios e edificações	4%	272	278	272	278
Máquinas e equipamentos	10%	1.512	1.346	1.521	1.355
Móveis e utensílios	10%	24.672	23.226	24.680	23.234
Veículos	20%	1.526	1.439	1.526	1.439
Computadores e periféricos	20%	7.296	6.819	7.296	6.819
Benfeitoria imóveis terceiros	10% a 30%	19.977	17.590	19.977	17.590
Imobilizado em andamento	-	27.575	23.189	27.575	23.189
<u>Arrendamentos</u>					
Direitos de uso - Aluguéis de lojas	5% a 85,17%	225.628	191.096	225.628	191.096
Máquinas e equipamentos	10%	3.410	3.521	3.410	3.521
Total imobilizado		311.951	268.587	311.968	268.604

Movimentação do imobilizado

Controladora

	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - alugueis de lojas	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83	1.374	2.956	24.733	5.635	22.445	45.727	10.202	-	4.448	117.603
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	223.894	-	223.894
Adições	-	-	86	1.712	-	812	-	4.016	17.087	-	23.713
Baixas	-	-	-	(9)	-	-	-	-	(2.218)	-	(2.227)
Transferências	-	-	-	63	-	3	1.246	(927)	-	-	385
Saldo em 31 de março de 2019	83	1.374	3.042	26.499	5.635	23.260	46.973	13.291	238.763	4.448	363.368
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.365	35.269	5.658	25.668	52.041	23.189	307.420	4.448	458.515
Adições	-	-	234	1.900	88	927	-	8.465	55.640	-	67.254
Baixas	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(13.366)	-	(13.370)
Transferências	-	-	(10)	353	187	149	3.498	(4.079)	-	-	98
Saldo em 31 de março de 2020	83	1.374	3.589	37.518	5.933	26.744	55.539	27.575	349.694	4.448	512.497
Depreciação Acumulada -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.069)	(1.811)	(9.477)	(3.375)	(16.820)	(30.734)	-	-	(482)	(63.768)
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.416)	-	(82.416)
Adições	-	(7)	(52)	(555)	(233)	(457)	(1.124)	-	(8.588)	(112)	(11.128)
Baixas	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
Saldo em 31 de março de 2019	-	(1.076)	(1.863)	(10.024)	(3.608)	(17.277)	(31.858)	-	(91.004)	(594)	(157.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.019)	(12.043)	(4.219)	(18.849)	(34.451)	-	(116.324)	(927)	(189.928)
Adições	-	(6)	(58)	(807)	(188)	(599)	(1.111)	-	(10.958)	(111)	(13.838)
Baixas	-	-	-	4	-	-	-	-	3.216	-	3.220
Saldo em 31 de março de 2020	-	(1.102)	(2.077)	(12.846)	(4.407)	(19.448)	(35.562)	-	(124.066)	(1.038)	(200.546)
Valor Residual em 31/12/2018	83	305	1.145	15.256	2.260	5.625	14.993	10.202	-	3.966	53.835
Valor Residual em 31/03/2019	83	298	1.179	16.475	2.027	5.983	15.115	13.291	147.759	3.854	206.064
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.346	23.226	1.439	6.819	17.590	23.189	191.096	3.521	268.587
Valor Residual em 31/03/2020	83	272	1.512	24.672	1.526	7.296	19.977	27.575	225.628	3.410	311.951

Movimentação do imobilizado

											Consolidado
	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - aluguéis de lojas	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	83	1.374	2.956	24.807	5.635	22.910	45.728	10.202	-	4.448	118.143
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	223.894	-	223.894
Adições	-	-	86	1.712	-	812	-	4.016	17.087	-	23.713
Baixas	-	-	-	(9)	-	-	-	-	(2.218)	-	(2.227)
Transferências	-	-	-	63	-	3	1.246	(927)	-	-	385
Saldo em 31 de março de 2019	83	1.374	3.042	26.573	5.635	23.725	46.974	13.291	238.763	4.448	363.908
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83	1.374	3.375	35.348	5.658	26.133	52.042	23.189	307.420	4.448	459.070
Adições	-	-	234	1.901	88	927	-	8.465	55.640	-	67.255
Baixas	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(13.366)	-	(13.370)
Transferências	-	-	(10)	353	187	149	3.498	(4.079)	-	-	98
Saldo em 31 de março de 2020	83	1.374	3.599	37.598	5.933	27.209	55.540	27.575	349.694	4.448	513.053
Depreciação Acumulada -											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1.069)	(1.811)	(9.544)	(3.375)	(17.285)	(30.735)	-	-	(482)	(64.301)
Adoção inicial IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.416)	-	(82.416)
Adições	-	(7)	(52)	(556)	(233)	(457)	(1.124)	-	(8.588)	(112)	(11.129)
Baixas	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
Saldo em 31 de março de 2019	-	(1.076)	(1.863)	(10.092)	(3.608)	(17.742)	(31.859)	-	(91.004)	(594)	(157.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.096)	(2.020)	(12.114)	(4.219)	(19.314)	(34.452)	-	(116.324)	(927)	(190.466)
Adições	-	(6)	(58)	(808)	(188)	(599)	(1.111)	-	(10.958)	(111)	(13.839)
Baixas	-	-	-	4	-	-	-	-	3.216	-	3.220
Saldo em 31 de março de 2020	-	(1.102)	(2.078)	(12.918)	(4.407)	(19.913)	(35.563)	-	(124.066)	(1.038)	(201.085)
Valor Residual em 31/12/2018	83	305	1.145	15.263	2.260	5.625	14.993	10.202	-	3.966	53.842
Valor Residual em 31/03/2019	83	298	1.179	16.481	2.027	5.983	15.115	13.291	147.759	3.854	206.070
Valor Residual em 31/12/2019	83	278	1.355	23.234	1.439	6.819	17.590	23.189	191.096	3.521	268.604
Valor Residual em 31/03/2020	83	272	1.521	24.680	1.526	7.296	19.977	27.575	225.628	3.410	311.968

A depreciação de arrendamento direitos de uso – aluguéis lojas está apresentada no resultado do período líquida de créditos fiscais de R\$ 587 (R\$ 462 em 31 de março de 2019), conforme divulgado na nota explicativa nº 29.

Em 31 de março de 2020 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e portanto não foi necessário mensurar e registrar provisão para redução ao seu valor recuperável.

18. INTANGÍVEL

	Taxas de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10%	442	463	442	463
Softwares	10% a 20%	15.353	15.507	15.579	15.745
Projeto Cartão Verde	10%	-	-	447	470
Outros ativos intangíveis	10% a 20%	6.740	6.309	22.810	21.731
Total intangível		22.535	22.279	39.278	38.409

Os montantes registrados como outros ativos intangíveis referem-se principalmente a desenvolvimento de sistemas das atividades tanto de varejo quanto de serviços financeiros.

<u>Movimentação do intangível</u>	Controladora			
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	Softwares	Outros ativos intangíveis	Total
Custo -				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.947	38.308	7.143	56.398
Adições	-	637	471	1.108
Transferências	-	-	(385)	(385)
Saldo em 31 de março de 2019	10.947	38.945	7.229	57.121
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.947	41.020	9.394	61.361
Adições	-	408	671	1.079
Transferências	-	-	(98)	(98)
Saldo em 31 de março de 2020	10.947	41.428	9.967	62.342
Amortização Acumulada -				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.401)	(23.345)	(2.497)	(36.243)
Adições	(21)	(544)	(156)	(721)
Saldo em 31 de março de 2019	(10.422)	(23.889)	(2.653)	(36.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(25.513)	(3.085)	(39.082)
Adições	(21)	(562)	(142)	(725)
Saldo em 31 de março de 2020	(10.505)	(26.075)	(3.227)	(39.807)
Valor Residual em 31/12/2018	546	14.963	4.646	20.155
Valor Residual em 31/03/2019	525	15.056	4.576	20.157
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.507	6.309	22.279
Valor Residual em 31/03/2020	442	15.353	6.740	22.535

<u>Movimentação do intangível</u>	<u>Consolidado</u>				
	<u>Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais</u>	<u>Softwares</u>	<u>Projeto Cartão verde</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Custo -					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.947	41.832	6.454	19.285	78.518
Adições	-	637	-	2.654	3.291
Transferências	-	-	-	(385)	(385)
Saldo em 31 de março de 2019	10.947	42.469	6.454	21.554	81.424
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.947	44.544	6.454	28.466	90.411
Adições	-	408	-	1.523	1.931
Transferências	-	-	-	(98)	(98)
Saldo em 31 de março de 2020	10.947	44.952	6.454	29.891	92.244
Amortização Acumulada -					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.401)	(26.582)	(5.890)	(5.704)	(48.577)
Adições	(21)	(557)	(23)	(251)	(852)
Saldo em 31 de março de 2019	(10.422)	(27.139)	(5.913)	(5.955)	(49.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.484)	(28.799)	(5.984)	(6.735)	(52.002)
Adições	(21)	(574)	(23)	(346)	(964)
Saldo em 31 de março de 2020	(10.505)	(29.373)	(6.007)	(7.081)	(52.966)
Valor Residual em 31/12/2018	546	15.250	564	13.581	29.941
Valor Residual em 31/03/2019	525	15.330	541	15.599	31.995
Valor Residual em 31/12/2019	463	15.745	470	21.731	38.409
Valor Residual em 31/03/2020	442	15.579	447	22.810	39.278

Em 31 de março de 2020 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e portanto não foi necessário mensurar e registrar provisão para redução ao seu valor recuperável.

19. FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/20</u>	<u>31/12/19</u>
Fornecedores (a)	186.595	272.250
Fornecedores - partes relacionadas (b)	1.761	2.041
Ajuste a valor presente	(4.966)	(6.830)
Total Fornecedores	183.390	267.461
Fornecedores - convênio (c)	39.119	46.590
Total Fornecedores Convênio	39.119	46.590

(a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado ao valor presente na data da transação com prazo médio de 124 dias (113 dias em 31 de dezembro de 2019). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$ 13.084

(R\$ 16.461 em 31 de dezembro de 2019) com prazo médio de 45 dias (50 dias em 31 de dezembro de 2019) sujeito a juros de mercado.

- (b) Valores a pagar para a Allied Tecnologia S.A., referem-se ao saldo a pagar líquido em aberto referente as operações de compra pela Companhia de produtos de tecnologia para revenda.
- (c) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial.

Movimentação do ajuste a valor presente:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/20	31/03/19
Saldo no início do trimestre	(6.830)	(10.757)
Ajuste a valor presente	(3.136)	(6.323)
Realização do ajuste a valor presente	5.000	10.838
Saldo no final do trimestre	(4.966)	(6.242)

A Companhia utilizou a taxa de 0,54% mensal (1,20% em 31 de março de 2019) para cálculo de ajuste a valor presente.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em moeda nacional	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			31/03/20	31/12/19
Capital de giro (a)	Juros de 1,62% a 2,45% a.a. + CDI	2019 a 2021	34.838	34.661
Capital de giro (b)	Juros de 1,85% a 2,45% a.a. + CDI	2020 a 2024	209.685	182.283
Capital de giro (c)	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2022 a 2023	29.389	-
Debêntures (d)	Juros de 1,50 a.a. + 100% CDI	2024	119.135	117.426
Consórcio		2022	245	269
Subtotal			393.292	334.639
Em moeda estrangeira				
Capital de giro (e)	Juros de 4,77% a.a. + dólar	2020	-	1.733
Contrato de Swap	Juros de 4,05% a.a. + CDI	2020	-	(373)
Subtotal			-	1.360
Total			393.292	335.999
Circulante			121.055	69.235
Exigível a longo prazo			272.237	266.764

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Indexador	2020	2019
CDI (12 meses)	5,42%	5,94%

- (a) Referem-se a recursos a taxas pós-fixada com vencimento inferior a 48 meses. As taxas variam de 1,62 a 2,45% a.a. + CDI.

- (b) Referem-se a recursos a taxas pós-fixada com vencimento inferior a 60 meses. As taxas variam de 1,85 a 2,45% a.a. + CDI.
- (c) Referem-se a recursos a taxas pós-fixada com vencimento inferior a 36 meses. As taxas variam de 4,28 a 4,84% a.a. + CDI.
- (d) Representa o saldo de 1º emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional na forma da Garantia Real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de 1,50% a.a. + CDI.
- (e) Representa o saldo da operação de empréstimo em dólares norte-americanos, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 4,05% a.a. + CDI.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	31/03/20	31/12/19
2021	74.444	83.692
2022	87.039	74.135
2023	64.834	63.001
2024	45.920	45.936
Total	<u>272.237</u>	<u>266.764</u>

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia.

A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	245.489
Reclassificação leasing para passivo de arrendamentos	(3.600)
Captações - capital de giro	29.723
Varição monetária e juros	4.909
Amortização de juros	(6.227)
Amortização de principal	(18.626)
Em 31 de março de 2019	251.668
Em 31 de dezembro de 2019	335.999
Captações - capital de giro	59.959
Varição monetária e juros	5.053
Amortização de juros	(3.331)
Amortização de principal	(4.388)
Em 31 de março de 2020	393.292

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Sobre os contratos de financiamento em aberto em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia está sujeita ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas, que possuem medição anual e/ou semestral, conforme demonstrado abaixo:

Dívida líquida/EBITDA $\leq 2,0x$;
Dívida financeira líquida/EBITDA $\leq 2,0x$;
EBITDA /resultado financeiro $\geq 2,0x$.

Por dívida líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

Por dívida financeira líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras desconsiderando os equivalentes de caixa e aplicações financeiras do FIDC VerdeCard.

EBITDA definido contratualmente como Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido, somadas as depreciações e amortizações.

Todos os covenants estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de default.

Garantias de contratos de financiamento

A Companhia possui linha de contrato de empréstimo no qual foram concedidas as seguintes garantias listadas abaixo:

- (i) duplicatas e/ou boletos de cobrança relativos a transações de pagamentos à vista ou parcelado, sem juros, mantidos em uma conta caução de instituições financeiras;
- (ii) rendimentos das cotas subordinadas do FIDC Verdecard;
- (iii) recebíveis outros cartões (Visa, Mastercard e Elo);
- (iv) Standby Letter of Credit - Nota Promissória no valor de R\$ 30.000;
- (v) Certificado de depósito bancário no montante de R\$ 3.000.

21. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Contas a pagar por aquisição de investimento refere-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultados de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita a atualização com base em 100% da taxa DI.

A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.346
Atualização	713
Saldo em 31 de março de 2019	47.059
Atualização	1.894
Amortização	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.488
Atualização	472
Saldo em 31 de março de 2020	46.960

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total das provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	413	2.669	5.945	9.027
Adição a provisão	79	755	1.884	2.718
Reversão de provisão	(67)	(120)	-	(187)
Saldo em 31 de março de 2019	425	3.304	7.829	11.558
Saldo em 31 de dezembro de 2019	583	2.660	5.945	9.188
Adição a provisão	1.424	171	-	1.595
Reversão de provisão	(98)	(222)	-	(320)
Saldo em 31 de março de 2020	1.909	2.609	5.945	10.463

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total das provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.098	2.766	5.945	9.809
Adição a provisão	110	755	1.884	2.749
Reversão de provisão	(153)	(210)	-	(363)
Saldo em 31 de março de 2019	1.055	3.311	7.829	12.195
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.954	2.661	5.945	10.560
Adição a provisão	1.731	173	-	1.904
Reversão de provisão	(236)	(222)	-	(458)
Saldo em 31 de março de 2020	3.449	2.612	5.945	12.006

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração.

Descritivo do que se referem às causas cíveis e trabalhistas prováveis.

- a) Referem-se principalmente a ação ajuizada exigindo o recolhimento de contribuições de direitos

autorais referente a reproduções audiovisuais realizadas nas lojas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 essa ação estava classificada com probabilidade de perda possível, e no período dos primeiros três meses findo em 31 de março de 2020 a ação passou a ter probabilidade de perda classificada como provável, fazendo parte das provisões cíveis da Companhia.

- b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões e outras.
- c) Refere-se a discussões que envolvem o afastamento da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre a venda a varejo dos produtos de tecnologia relacionados no programa de inclusão digital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável.

Em relação às ações cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais, não foram constituídas provisões. A composição desses processos que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores é a seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/12/19</u>
Trabalhista (a)	1.462	2.062
Cível (b)	4.150	8.010
Total	5.612	10.072

- a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões, não tendo nenhum processo específico em relevância.
- b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como possível pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.

Ativo Contingente

A Companhia é parte autora no processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, e já possui decisão favorável de 2ª Instância proferida no Tribunal Regional Federal da 4º Região. Atualmente o processo está no Superior Tribunal de Justiça aguardando recurso extraordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para o Supremo Tribunal Federal.

Considerando que o processo da Companhia, mesmo após o julgamento do RE 574.706 pelo STF em março de 2017, ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado, a Administração estima que o ativo contingente relacionado a este tema correspondente aos períodos de 2010 a 2017 perfaz o montante aproximado de R\$ 19.000.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Passivo circulante				
IR a recolher	1.284	2.003	1.436	2.336
PIS a recolher	892	1.219	1.069	1.337
COFINS a recolher	4.046	5.319	4.956	5.940
CSLL a recolher	4	371	360	624
ICMS a recolher	1.361	2.353	1.361	2.353
ISS a recolher	390	347	543	513
	7.977	11.612	9.725	13.103

24. RECEITAS DIFERIDAS

Nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016 a Companhia celebrou contrato com parceiros comerciais para comercialização de produto de seguros pactuados em contratos operacionais firmados entre as partes.

A companhia recebeu a título de receita de remuneração das seguradoras nestes períodos o montante de R\$ 25.925 pela cessão do direito de uso do canal de distribuição que serão reconhecidos no resultado até o ano de 2021, à medida que a prestação do serviço de comercialização dos produtos financeiros das seguradoras seja efetuada. A estimativa da Administração para a realização destas receitas diferidas e seu respectivo reconhecimento no resultado do período de acordo com a prestação de serviço, está demonstrado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/20	31/12/19
2020	1.195	1.593
2021	1.460	1.460
Total	2.655	3.053

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2020, e em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é representado por 148.109.444 ações, ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito integralizado, no montante de R\$ 139.827.

De acordo com o estatuto, o capital social poderá ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma do Estatuto Social, até o limite de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

O estatuto social da Companhia determina que por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

25.1 Dividendos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou e consignou em suas demonstrações financeiras juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, que foram imputados ao valor de dividendos, no montante de R\$ 5.102, por conta dos resultados do ano, e limitado ao lucro líquido do exercício após a absorção de prejuízos acumulados e destinação para reserva legal, de incentivos fiscais, e de lucros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/19</u>
Lucro líquido do exercício	30.122
(-) Absorção de prejuízo acumulado	(21.661)
Prejuízo acumulado 2018	(94.153)
Adoção inicial IFRS16	(7.008)
Absorção reserva de capital	79.500
(=) Lucro após compensação	8.462
Reserva legal (5%)	(423)
Reserva de Incentivos fiscais	(2.936)
(=) Base de cálculo de dividendos	5.102

No período dos primeiros três meses findo em 31 de março de 2020 não foram distribuídos os dividendos consignados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. A Companhia espera efetivar a devida distribuição durante o exercício de 2020.

25.2 Lucro por Ação

a) Prejuízo básico por ação:

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação efetuada como segue:

<u>Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/03/2020</u>			
01/01/2020 a 31/03/2020		01/01/2020 a 31/03/2020	Média ponderada
148.109.444	+	-	= 148.109.444

<u>Quantidade ponderada de ações ordinárias - 31/03/2019</u>			
01/01/2019 a 31/03/2019		01/01/2019 a 31/03/2019	Média ponderada
160.755.884	+	-	= 160.755.884

Prejuízo básico

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(1.538)	(500)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	148.109	160.756
Prejuízo básico por ação ordinária	<u>(0,01)</u>	<u>(0,00)</u>

b) Prejuízo diluído por ação:

Para os períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019, não existiam instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o prejuízo por ação e, portanto, o prejuízo por ação diluído é o mesmo prejuízo por ação básico.

25.3 Plano de opção de compra de ações

As outorgas de opções de compra de ações estão sob a vigência do Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 31 de dezembro de 2017.

O programa regulado pelo Plano de opções de compra de ações das outorgas realizado em 31 de dezembro de 2017, prevê que somente mediante a ocorrência de eventos de liquidez listados no Plano de opções de compra de ações, as ações vestidas se tornem exercíveis.

A adesão ao programa de outorga de opção requer o pagamento do preço de aquisição de cada participante de acordo com a quantidade de opções. As opções foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelo valor total de R\$ 1.888, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

Nos primeiros três meses findo em 31 de março de 2020 não houveram mudanças, e as opções do plano, com as respectivas quantidades, prazo de carência, e valor de exercício estão demonstradas conforme segue:

Série de opções	Data de outorga	Prazo de Carência	Valor de exercício da opção	Quantidade em	
				31/12/2019	31/03/2020
Opção 1-a	31/12/2017	31/12/2018	1,195	7.823.564	7.823.564
Opção 1-b	31/12/2017	31/12/2018	2,485	3.303.326	3.303.326
Opção 1-c	31/12/2017	31/12/2018	1,195	767.252	767.252
Opção 1-c	31/12/2017	31/12/2022	1,195	207.796	207.796
Opção 1-d	31/12/2017	30/06/2019	1,195	660.666	660.666
Opção 1-d	31/12/2017	31/12/2020	1,195	660.666	660.666
Opção 2	31/12/2017	30/06/2019	2,908	3.633.661	3.633.661

As informações detalhadas do Plano de opção de compra de ações foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2019, na nota explicativa nº 25.3.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Receita operacional bruta	306.489	295.220	403.682	368.229
Vendas de mercadorias	286.606	277.295	286.606	277.295
Prestação de serviços	19.883	17.925	117.076	90.934
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(69.410)	(35.705)	(73.336)	(38.917)
(-) Devoluções e abatimentos	(15.638)	(14.113)	(15.647)	(14.130)
	221.441	245.402	314.699	315.182

A partir de março de 2019 como resultado de alterações na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul, (decreto nº 54.308/2018), o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS-ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo do estoque adquirido e de aumentar o valor do ICMS-ST devido, que passa a ser registrado pelo valor bruto. A alteração ocasionou, nos primeiros três meses findo em 31 de março de 2020, aumento no valor de impostos incidentes sobre vendas no montante de R\$ 30.905. Nos primeiros três meses findo em 31 de março de 2019 as alterações na legislação não acarretaram em aumento do valor dos impostos por conta de liminar que suspendia a obrigação da Companhia na adoção da nova sistemática da apuração do ICMS-ST.

Abaixo encontram-se divulgada a tabela indicando a receita bruta líquida de devolução e abatimentos total obtida por cada uma das atividades de negócio:

RECEITA BRUTA LÍQUIDA DE DEVOLUÇÃO E ABATIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Varejo	273.417	265.562	273.417	265.562
Serviços financeiros	17.434	15.545	98.499	73.953
Cartões de crédito	-	-	16.119	14.584
Total	290.851	281.107	388.035	354.099

27. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados				
Custo da revenda de mercadorias	143.669	162.116	143.669	162.116
Custo da prestação de serviços	2.158	1.890	44.643	35.523
	145.827	164.006	188.312	197.639

Como mencionado nas Notas 12 e 26, alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS-ST ocasionou acréscimo na despesa de ICMS, com uma correspondente redução do custo dos estoques adquiridos. A nova sistemática de apuração impactou durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020 em uma redução no custo da revenda de mercadorias para a Companhia no montante de R\$ 30.378. Nos primeiros três meses findo em 31 de março de 2019 as alterações na legislação não acarretaram em redução no custo de revenda de mercadorias por conta de liminar que suspendia a obrigação da Companhia na adoção da nova sistemática da apuração do ICMS-ST.

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Outras receitas (despesas) operacionais				
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	(1)	-	(1)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.243)	(1.060)	(1.414)	(914)
Custos de estruturação FIDC Verdecard	(550)	(550)	(775)	(698)
Perdas com sinistros	(88)	(104)	(88)	(104)
Outras receitas (despesas) operacionais	100	(45)	79	(44)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.781)	(1.760)	(2.198)	(1.761)

29. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Custo das mercadorias vendidas	143.669	162.116	143.669	162.116
Custo da prestação de serviços	2.158	1.890	44.643	35.523
Despesas com pessoal	67.720	59.141	71.159	61.911
Despesas com serviços de terceiros	6.327	5.654	6.842	6.177
Despesa com locação de lojas, equipamentos e outros	2.172	1.655	2.391	1.970
Despesa com depreciação e amortização	14.563	11.849	14.803	11.981
Créditos fiscais depreciação e amortização	(587)	(462)	(587)	(462)
Perdas com créditos	(99)	197	(43)	292
Outras	7.331	4.111	17.911	12.338
Total das despesas	243.254	246.151	300.788	291.846
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	145.827	164.006	188.312	197.639
Despesas com vendas	77.433	63.962	77.771	64.175
Despesas administrativas e gerais	18.213	16.423	32.507	28.271
Outras despesas Operacionais	1.781	1.760	2.198	1.761
Total das despesas	243.254	246.151	300.788	291.846

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Receitas financeiras				
Juros de mora recebidos	338	273	982	723
Variações monetárias ativas	310	423	311	424
Ajuste a valor presente	1.402	1.096	1.402	1.096
Rendimentos quotas FIDC Verdecard	32.095	22.264	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.524)	(1.069)	(63)	(60)
Outros	31	34	40	36
Subtotal	<u>32.652</u>	<u>23.021</u>	<u>2.672</u>	<u>2.219</u>
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e mora	(10.537)	(9.011)	(10.540)	(9.012)
Variações monetárias passivas	(221)	(323)	(198)	(220)
Atualização contas a pagar por aquisição de investimento	(472)	(713)	(472)	(713)
Ajuste a valor presente	(5.001)	(10.838)	(5.001)	(10.838)
IOF	(339)	(406)	(345)	(459)
Descontos Concedidos	(32)	(56)	(128)	(224)
Outros	(1.774)	(1.581)	(1.873)	(2.010)
Subtotal	<u>(18.376)</u>	<u>(22.928)</u>	<u>(18.557)</u>	<u>(23.476)</u>
Resultado financeiro	<u>14.276</u>	<u>93</u>	<u>(15.885)</u>	<u>(21.257)</u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações financeiras intermediárias, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	85.325	148.840	173.272	240.251
Contas a receber de clientes	60.592	98.919	567.944	587.204
Partes relacionadas - ativo	11.489	11.292	11.489	11.292
Outros créditos	39.244	20.554	42.291	28.955
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações Financeiras	5.271	2.094	17.430	30.035
Passivos financeiros				
<u>Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	183.390	267.461	183.390	267.461
Fornecedores convênio (a)	39.119	46.590	39.119	46.590
Obrigações com conveniadas (b)	-	-	97.573	105.908
Contas a pagar por aquisição de investimento	46.960	46.488	46.960	46.488
Empréstimos e financiamentos	393.292	335.999	393.292	335.999
Quotas seniores FIDC Verdecard	-	-	349.448	359.325
<u>Passivos financeiros avaliados a valor justo:</u>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	373	-	373

- (a) Fornecedores convênio tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, que optaram por antecipá-los por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 19.
- (b) Em obrigações com conveniadas estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, referentes às transações com Cartões de Crédito VerdeCard.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 31.3.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

31.1 - Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos com instituições financeiras e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais.

* *Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras:* a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvos de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras.

* *Contas a receber:*

As políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

O risco de crédito relativo as contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito seja ele próprio ou de terceiros. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para a instituição financeira parceira do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento desse contas a receber. Nas transações envolvendo cartões de crédito terceiros, o risco de crédito pertence a instituição financeira emissora do cartão do cliente.

A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio, no montante de R\$ 110.829 (R\$ 88.380 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

b) Risco de Mercado – Taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia eventualmente realiza algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas pela captação de capital de giro em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger 100% a variação de taxa de câmbio destes contratos em moeda estrangeira atrelando a taxas de juros do CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de hedge são contabilizados a valor justo.

Em 31 de março de 2020 não existiam operações de derivativos contratados para proteção cambial.

d) Risco de Gestão de Capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	85.325	148.840	173.272	240.251
Aplicações Financeiras	5.271	2.094	17.430	30.035
Empréstimos e financiamentos	(393.292)	(335.999)	(393.292)	(335.999)

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que acompanha periodicamente a projeção de fluxo de caixa da companhia e realiza gestão de risco de liquidez, gerenciando as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Portanto, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

31 de março de 2020	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa				
		contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	393.292	393.292	121.055	101.718	77.367	93.152
Fornecedores	183.390	183.390	183.390	-	-	-
Fornecedores convênio	39.119	39.119	39.119	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	46.960	46.960	-	27.193	-	19.767

31 de março de 2020	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa				
		contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	393.292	393.292	121.055	101.718	77.367	93.152
Financiamentos quotas seniores FIDC Verdecard	349.448	349.448	71.070	89.190	103.079	86.109
Obrigações com conveniadas	97.573	97.573	97.573	-	-	-
Fornecedores	183.390	183.390	183.390	-	-	-
Fornecedores convênio	39.119	39.119	39.119	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	46.960	46.960	-	27.193	-	19.767

31.2 - Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 31.1.b.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I).

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

31.2.1 Análise de sensibilidade da taxa de juros

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 31 de março de 2020 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo dos empréstimos e financiamentos indexados a mesma modalidade de taxas de juros.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI publicada pela B3 para as datas de vencimento das operações, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 3,80% a.a. Nos cenários II e III foram consideradas elevações na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Transações	Risco	Análise de Sensibilidade			
		Saldo em 31/03/20	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	Elevação do CDI	173.272	4.180	5.250	6.330
Aplicações Financeiras	Elevação do CDI	17.430	664	834	1.006
Contas a pagar por aquisição de investimento	Elevação do CDI	(46.960)	(1.789)	(2.248)	(2.712)
Empréstimos e financiamentos	Elevação do CDI	(393.292)	(22.344)	(26.262)	(30.219)
Financiamentos quotas seniores FIDC Verdecard	Elevação do CDI	(349.448)	(12.451)	(14.730)	(17.033)
Impacto no resultado			(31.740)	(37.156)	(42.627)

31.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos os respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46 e a IFRS 13, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas – ativo, aplicações financeiras, fornecedores, fornecedores convênio, obrigações com conveniadas, contas a pagar por aquisição de investimento e Quotas Seniores FIDC Verdecard são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas informações financeiras intermediárias:

	Nível	Controladora e Consolidado			
		31/03/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(*)	393.292	365.253	335.999	343.488

(*) Nível 2: Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

32. ARRENDAMENTOS

As informações detalhadas de obrigações de arrendamento mercantil foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2019, na nota explicativa nº 32.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos Contratos	Taxas % a.a.
1 a 5 anos	8,14%
5 a 10 anos	8,68%
> 10 anos	8,42%

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Direito de Uso	Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Saldo em 01/01/2019 (adoção inicial)	152.096	3.600	155.696
Adições	5.786	-	5.786
Remensurações/Baixas	12.650	-	12.650
Contraprestações pagas	(11.437)	(271)	(11.708)
Juros do Período	3.504	76	3.580
Saldo em 31/03/2019	162.599	3.405	166.004
Saldo em 31/12/2019	204.841	2.789	207.630
Adições	37.250	-	37.250
Remensurações/Baixas	8.398	-	8.398
Contraprestações pagas	(13.522)	(292)	(13.814)
Juros do Período	3.671	75	3.746
Saldo em 31/03/2020	240.638	2.572	243.210

O quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo contábil do período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020:

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/03/2019		
		Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Vencimentos das prestações (RS Mil)	Direito de Uso		
< 1 ano	44.662	1.137	45.799
1 a 5 anos	116.806	3.356	120.162
5 a 10 anos	49.109	-	49.109
> 10 anos	-	-	-
Valores não descontados	210.577	4.493	215.070
Juros embutidos	(51.383)	(1.088)	(52.471)
Saldo em 31/03/2019	159.194	3.405	162.599

Maturidade dos Contratos	Controladora e Consolidado		
	31/03/2020		
		Máquinas e Equipamentos	Consolidado
Vencimentos das prestações (RS Mil)	Direito de Uso		
< 1 ano	55.543	1.224	56.767
1 a 5 anos	157.610	2.132	159.742
5 a 10 anos	85.513	-	85.513
> 10 anos	18.265	-	18.265
Valores não descontados	316.931	3.356	320.287
Juros embutidos	(76.293)	(784)	(77.077)
Saldo em 31/03/2020	240.638	2.572	243.210

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe do ativo:

Ativo de Arrendamento	Controladora e Consolidado		
	Máquinas e Equipamentos		
	Direito de Uso		Consolidado
Saldo em 01/01/2019 (adoção inicial)	141.478	3.966	145.444
Adições	5.786	-	5.786
Remensurações/Baixa	9.083	-	9.083
Depreciação	(8.588)	(112)	(8.700)
Saldo em 31/03/2019	147.759	3.854	151.613
Saldo em 31/12/2019	191.096	3.521	194.617
Adições	37.250	-	37.250
Remensurações/Baixas	8.240	-	8.240
Depreciação	(10.958)	(111)	(11.069)
Saldo em 31/03/2020	225.628	3.410	229.038

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de Caixa	31/03/2020		31/03/2019	
	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente	Total de Obrigações	Ajustado a Valor Presente
Contraprestações do arrendamento	320.287	243.210	215.020	166.004
Contraprestações direito de uso	316.931	240.638	210.577	162.599
Contraprestações máquinas e equipamentos	3.356	2.572	4.443	3.405
Potencial de Créditos Fiscais	(19.062)	(14.475)	(12.092)	(9.336)

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Máquinas e			Máquinas e		
	Direito de Uso	Equipamentos	Consolidado	Direito de Uso	Equipamentos	Consolidado
Contraprestações pagas	(13.522)	(292)	(13.814)	(11.437)	(271)	(11.708)
Contraprestações pagas líquidas	(12.777)	(292)	(13.069)	(10.813)	(271)	(11.084)
PIS e COFINS pagos	(745)	-	(745)	(624)	-	(624)
Créditos fiscais ativo direito de uso	(587)	-	(587)	(462)	-	(462)
Créditos fiscais passivo de arrendamento	(158)	-	(158)	(162)	-	(162)

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/ CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

Tabela Comparativa de Aplicações do IFRS 16 / CPC 06 (R2) considerando Inflação (Direito de Uso)

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22
Passivo de Arrendamento																							
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	152.096	204.842	211.984	176.295	144.244	118.214	95.575	76.609	57.690	40.848	27.797	21.522	19.866	18.320	16.659	14.872	12.951	10.773	8.421	5.893	3.175	253	-
Nota Explicativa	174.324	247.524	242.162	207.754	175.573	148.471	123.983	102.509	80.201	59.630	42.950	34.883	32.857	30.902	28.646	26.060	23.115	19.587	15.592	11.107	6.088	487	-
% BP sobre nota explicativa	(12,75%)	(17,24%)	(12,46%)	(15,14%)	(17,84%)	(20,38%)	(22,91%)	(25,27%)	(28,07%)	(31,50%)	(35,28%)	(38,30%)	(39,54%)	(40,72%)	(41,85%)	(42,93%)	(43,97%)	(45,00%)	(45,99%)	(46,94%)	(47,84%)	(47,98%)	-
Ativo de Arrendamento																							
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	141.478	191.096	191.692	154.154	121.758	96.025	74.691	57.660	41.776	28.556	18.671	13.670	12.157	10.819	9.480	8.142	6.803	5.465	4.127	2.788	1.450	112	-
Nota Explicativa	158.159	222.621	211.478	172.259	137.982	110.252	86.950	68.114	50.477	35.604	24.272	18.335	16.333	14.535	12.737	10.939	9.141	7.343	5.544	3.746	1.948	150	-
% BP sobre nota explicativa	(10,55%)	(14,16%)	(9,36%)	(10,51%)	(11,76%)	(12,90%)	(14,10%)	(15,35%)	(17,24%)	(19,80%)	(23,08%)	(25,44%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	-
Despesa Financeira																							
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(14.762)	(17.774)	(16.106)	(13.316)	(10.887)	(8.918)	(7.231)	(5.660)	(4.140)	(2.859)	(1.966)	(1.649)	(1.538)	(1.422)	(1.298)	(1.164)	(1.026)	(863)	(687)	(497)	(293)	(15)
Nota Explicativa		(16.981)	(19.372)	(18.403)	(15.734)	(13.296)	(11.259)	(9.439)	(7.679)	(5.880)	(4.292)	(3.104)	(2.672)	(2.549)	(2.411)	(2.251)	(2.066)	(1.866)	(1.613)	(1.324)	(999)	(634)	(34)
% BP sobre nota explicativa		(13,07%)	(8,25%)	(12,48%)	(15,37%)	(18,11%)	(20,79%)	(23,39%)	(26,29%)	(29,58%)	(33,38%)	(36,67%)	(38,29%)	(39,65%)	(41,01%)	(42,35%)	(43,69%)	(45,01%)	(46,47%)	(48,13%)	(50,22%)	(53,73%)	(57,02%)
Despesa de Depreciação																							
IFRS 16 / CPC 06 (R2)		(35.197)	(40.184)	(35.808)	(30.899)	(24.629)	(20.424)	(16.254)	(15.156)	(12.664)	(9.536)	(4.711)	(1.383)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)	(101)
Nota Explicativa		(36.764)	(41.214)	(37.407)	(32.688)	(26.526)	(22.294)	(17.969)	(16.823)	(14.239)	(10.917)	(5.586)	(1.828)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(1.632)	(136)
% BP sobre nota explicativa		(4,26%)	(2,50%)	(4,27%)	(5,47%)	(7,15%)	(8,39%)	(9,55%)	(9,91%)	(11,06%)	(12,65%)	(15,65%)	(24,33%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)	(25,57%)

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor.

Em 31 de março de 2020, os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 7.

A Administração da Companhia classificou os juros pagos sobre financiamentos, arrendamentos e mútuo como fluxos de caixa de financiamento porque tratam-se de custos de obtenção de recursos financeiros.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/20	31/03/19
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis sujeito a ressarcimento por antigos controladores	32	(12)	32	(11)
Aquisição de imobilizado	(1.358)	(1.424)	(1.358)	(1.424)
Adições ao intangível	(177)	(160)	(177)	(160)
Ativo direitos de uso	(45.490)	(156.346)	(45.490)	(156.346)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	-	(3.610)	-	(3.610)
Passivo de arrendamentos	45.490	170.565	45.490	170.565

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de abril de 2020 a Companhia captou uma linha de crédito adicional com instituição financeira no valor de R\$ 30.000, com vencimento e amortização de principal em parcela única contratados para 05 de abril de 2021.